Associação Sindical dos Conservadores dos Registos

IMOLA II

<https://www.elra.eu/imola-ii/>

Roterdão – IMOLA II – Workshop e XXVIII Assembleia Geral - 21 e 22 de novembro

Fernando de la Puente, Presidente da ELRA, abriu a sessão agradecendo aos presentes por todo o trabalho efetuado, esforço e dedicação, seguindo-se a Secretária Geral, a colega Luísa Clode que anunciou o painel e os temas a serem tratados e desenvolvidos, reforçando a necessidade de manter o ritmo de trabalho, de forma a conseguir os melhores resultados. Referiu a importância da ELRA e do registo predial europeu, na construção de pontes que, passo a passo, unem o registo predial.

Seguidamente, **Gabriel Alonso**, Registrador Espanhol, falou da proposta de Regulamento na lei aplicável à cessão de créditos e seus efeitos relativamente a terceiros, especificando as diferenças existentes nos vários países da União Europeia. Enquanto que em alguns países, os registos da referida cessão de créditos e de hipoteca são necessários, para que tenham um efeito *erga omnes*, outros há em que tal não sucede. Concluiu pela necessidade de criar dispositivos específicos que ofereçam diferentes soluções, no que concerne às reclamações de créditos e referindo que o ideal seria a criação de um identificador europeu para as hipotecas.

Francisco J. Martín Mazuelo, juiz do Tribunal Europeu, falou do Acórdão C-558/16, do Tribunal de Justiça da União Europeia, que se prende com a sucessão e certificado sucessório europeu, seu alcance e a capacidade de ali incluir a parte do cônjuge sobrevivente. O artigo 1º do Regulamento Europeu 650/2012 deve ser interpretado no sentido de que uma disposição nacional, como a que estava em discussão (art 1371º do Código Civil Alemão), que determina que após o falecimento de um dos cônjuges pode haver aumento da quota

hereditária do outro, não cabe no objetivo do regulamento europeu 650/2012.

O Workshop prosseguiu com a intervenção de **Jorge Lopez**, Registrador Espanhol, que falou sobre as várias medidas judiciais do ponto de vista do registo predial. Salientou que o reconhecimento de decisões judiciais europeias deve ser um objetivo a alcançar e que as matérias de registo predial são regidas por leis registrais nacionais, mas tal não deve ser um obstáculo a um espaço de justiça comum. Frisou que os nossos sistemas legais devem arranjar uma forma de tornar alcançáveis e conhecidas as decisões judiciais.

Salientou a importância do “Princípio da Adaptação” – onde uma decisão que contém uma medida ou disposição que não é conhecida na lei do Estado Membro visado, tal medida ou disposição deve ser, na medida do possível, adaptada ao mesmo. Como e por quem deve ser feita tal adaptação, deve ser determinado por cada Estado Membro (Regulamento 2012/1215, recital 28).

Enfatizou que este Princípio da Adaptação é relevante no que concerne a outros Regulamentos, como o das sucessões, insolvência e regimes matrimoniais.

Seguiu-se a intervenção da **Dr^a Luísa Clode**, que falou sobre as restrições judiciais e seus efeitos no registo predial dos vários países membros da ELRA. Quais as implicações registrais de vários conceitos jurídicos/judiciais como o arresto, confisco, apreensão, congelamento de bens. A importância da classificação sistemática destes conceitos é uma questão crucial no projeto IMOLA, projeto este que se pauta por alcançar um conjunto de categorias genéricas, de forma a cobrir o maior número de conceitos nacionais. Referiu-se à necessidade dos “contact points” dos vários Estados membros indicarem quais as restrições judiciais registáveis no seu sistema nacional.

Fez referência à diretiva 2014/42 que versa sobre o congelamento e perda de instrumentos e produtos do crime na União Europeia, onde nos termos do seu artigo 2º, n.º5, “congelamento” significa uma proibição temporária de transferir, destruir, converter, alienar ou movimentar um bem.

Marius Mackevicius, *contact point* da Lituânia, falou da responsabilidade civil em caso de erro efetuado pelo conservador do

registro predial, das diferenças existentes nos vários países membros e da existência ou não de direito de regresso. Concluiu que na maior parte dos Estados membros o estado é responsável (representado pelo Conservador como entidade pública), existindo direito de regresso no caso de negligência grosseira.

David Fridh, registrador na Suécia e membro da direção da ELRA, falou sobre o artigo 28º do Regulamento Europeu 2016/1103, ou seja, da oponibilidade a terceiros da lei aplicável ao regime matrimonial. Referiu os efeitos do regime matrimonial escolhido pelos cônjuges, da sua registabilidade ou publicidade, nos diferentes países e nas entidades responsáveis por esse registro.

A ELRA vai publicar uma declaração sobre as dificuldades decorrentes da aplicação desta norma.

Jésus Camy, do Colégio de Registradores Espanhol falou da metodologia a adaptar para atualizar as “*fact sheets*” no projeto Imola de modo a potenciar a sua eficiência e interoperabilidade.

Seguiu-se **Kadri Laud**, membro da direção, que apresentou o *website* da ELRA, no que diz respeito às “*fact sheets*”, salientando a importância de as tornar mais visíveis aos usuários.

Ficou assente que este formulário deve ser utilizado preferencialmente por *contact points*.

Maria Luís Marinho, *contact point* de Portugal, fez uma apresentação sobre as “*fact sheets*”, dum ponto de vista prático, na perspectiva dos *contact points*, realçando a respetiva estrutura, mormente quando acompanhada de casos práticos que permitem uma melhor compreensão do que se pretende. Salientou que os mesmos questionários evidenciam as diferentes realidades registrais, podendo, não obstante, haver, por parte de alguns, dificuldade em responder, por a sua realidade não se enquadrar no formato das questões. Referiu ainda a vantagem, como sucede no caso português, de cada país providenciar uma única resposta ainda que tenha mais do que uma organização membro da ELRA.

No segundo dia de trabalhos, dedicado à Assembleia Geral, após a abertura de sessão pelo Presidente **Fernando de la Puente** e por

Frank Tierolff, Diretor do Cadatro Holandês, este na qualidade de anfitrião, parte da manhã foi dedicada a assuntos administrativos, tendo sido aprovadas as minutas da XXVII Assembleia Geral, feito o sumário das atividades da ELRA e a aprovação das contas anuais. Foi, ainda, feito o resumo do trabalho desenvolvido nos últimos meses e a participação nos vários colóquios, pela Secretária Geral, **Dra. Luisa Clode**, tendo sido aproveitada a ocasião para a introdução de novos projetos e datas, previstas para o ano de 2020, fazendo-se a ponte para o novo IMOLA III.

Também pela **Dra. Luisa Clode**, agora como membro da organização do CINDER, foi efetuada apresentação do Congresso IPRA-CINDER, que terá lugar no nosso país, na cidade do Porto, em outubro de 2020.

Foram dadas as boas vindas aos novos parceiros ELRA, tendo ingressado oficialmente como participantes a Universidade de Trento, em Itália e a Universidade de Leuven, na Bélgica.

O primeiro painel de discussão foi dedicado aos temas sobre implicações legais das novas tecnologias. Foram debatidas a necessidade e possibilidade de emergência das tecnologias e a sua eventual sobreposição aos registos. **Jacques Vos**, registrador holandês questionou se a tecnologia dá cartas acima da lei ou se, pelo contrário, é a lei que ainda regula a tecnologia.

Oleksii Konashevych, professor e investigador na Universidade de Maastricht, Holanda, dissertou sobre o *blockchain*, explicando a técnica e modo operacional desta tecnologia.

Também **Silvino Navarro**, do Colégio de Registradores de Espanha, que já antes fez apresentações na ELRA, sobre as novas tecnologias, falou sobre o tema *blockchain*, referindo a não intervenção humana.

O segundo painel foi dedicado aos *Smart Contracts* e o Registo Predial. A este propósito, na introdução a este tema, foi referida a famosa frase de Shakespeare: “Só sei que nada sei”!

Fidel Santiago, da delegação informática da Comissão Europeia, distinguiu entre *smart contracts* e *blockchain*. Foi dado o exemplo da “Uber” como empresa que recorre a *smart contracts*.

O representante da delegação do Chipre, **Neoclis Neocleous**, fez uma apresentação sobre a construção de um novo país, mostrando fotos de novas e bastante modernas construções de edifícios, referindo o impacto das tecnologias emergentes no registo predial.

Nuno Cunha Rodrigues, Professor na Universidade Nova de Lisboa, apresentou o problema da segurança dos *smart contracts*, referindo não serem seguros a 100%, uma vez que a lei não apresenta respostas diretas de sim / não. Estes contratos não têm efeitos *erga omnes*, não são públicos e os terceiros poderão ter que intervir. Em caso de retificação, questionou acerca de como se cancelaria o registo, decorrente desses contratos ou como se substituiria o titular inscrito já registado, fazendo um bom balanço entre algumas vantagens e graves inconvenientes, face ao sistema actualmente implementado que é visto como o garante do controlo da legalidade.

O dia terminou com uma breve exposição acerca do regime registral holandês, como país anfitrião da presente reunião.

Todas as apresentações se encontram disponíveis em:
<https://www.elra.eu/european-land-registry-network/workshops/>

Esperamos que a informação seja do melhor interesse para todos.

Lisboa, 06 de dezembro de 2019

Os *Contact Point* da ASCR,

Maria Luís Marinho (Conservadora do Registo Predial de Terras de Bouro)

Fátima Pestana Ferreira (Conservadora do Registo Predial de Tondela, em substituição legal)